

Coleção Abertura

VOLUME 1

O Tempo do Conceito



Platô
Editorial

Copyright© 2024 dos autores
Todos os direitos reservados.

EDITOR-CHEFE

Geraldo Balduino Horn

GESTÃO COMERCIAL

Célia Maria de Poli Penteado
Antônio Carlos Caron

REVISÃO

Antonio Edmilson Paschoal
Vinicius Berlendis de Figueiredo
Maria Isabel de Magalhães Papaterra Limongi
Polyana Cristina Tidre
Cristina Foroni Consani
Joel Thiago Klein
Benito Eduardo Araujo Maeso
André de Macedo Duarte
Bernardo Guadalupe dos Santos Lins Brandão
Rodrigo Brandão
Marco Antônio Valentim

PROJETO GRÁFICO

Giuliano Ferraz de Oliveira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
Mona Youssef Hammoud – CRB/ 9ª -1393

C691

Coleção abertura: Vol. 1 - O tempo do conceito
Curitiba: Platô Editorial, 2024.
312p. - PTBR

ISBN 978-65-89229-32-2

1. Filosofia 2. História da Filosofia 3. Interdisciplinaridade
I. Título

CDD.: 100

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À

PLATÔ EDITORIAL

CURITIBA — PR

WWW.PLATOEDITORIAL.COM

COLEÇÃO ABERTURA

VOLUME I
O TEMPO DO CONCEITO



Platô
Editorial

COMITÊ CIENTÍFICO

Maria de Fátima Évora
Oswaldo Giacoia Junior
Maria Adriana Camargo Cappello
Giorgia Cecchinato
Delamar Volpato Dutra
Caio Augusto Teixeira Souto

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Antonio Edmilson Paschoal
Vinicius Berlendis de Figueiredo
Leandro Neves Cardim
Veronica Calado
Marcos Mueller Portugal
Flávio Augusto de Oliveira Santos

CONSELHO EDITORIAL

Ademir Aparecido Pinhelli Mendes – CEP
Adriana del Valle Pagani – IRI - Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Adriano Moreira – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal
Alécio Donizete da Silva – UFMT
Aline Tainá Amaral Horn – PUBLISHATEC
Anderson Luiz Tedesco – UNOCHAPECÓ
Arida Arbolea – ISULPAR
Carmen Lúcia Fornari Diez – UNIPAC
Claudio Almir Dalbosco – UPF
Dalton José Alves – UNIRIO
Edson Teixeira de Rezende – FESP-PR
Elter Manuel Carlos - Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde
Filipi Vieira Amorim – FURG
Geraldo Balduino Horn - UFPR
Giselle Moura Schnorr – UNESPAR–UV
Jorge Fernando Hermida – UFPB
Jorge Luiz Viesenteiner – UFES
Marco Sonzogni – Victoria University of Wellington, Nova Zelândia
Maurílio Gadellha – IFRN
Maurini de Souza Alves Pereira – UTFPR
Patrícia Del Nero Velasco – UFABC
Pedro Ângelo Pagani – UNEP
Regis Clemente da Costa – UEPG
Renato Epifânio – Universidade do Porto, Portugal
Rodrigo Marcos de Jesus – UFMT
Rodrigo Pelloso Gelamo – UNESP
Samuel Dimas – Universidade Católica Portuguesa, Portugal

APRESENTAÇÃO

Há coisa de vinte anos, a ideia de publicar precocemente em filosofia era cercada de reticências. Muitos dentre os que de lá para cá se tornaram professores foram formados em um *ethos* pautado pela ideia de que a pressa só atrapalha. Se não for levado às últimas consequências (quando acontece de nunca estar bom a ponto de se publicar), parece razoável. O Conceito, adverte Hegel, exige paciência. Isso se traduz, no plano pedagógico, por refrear a *libido publicantis*, hoje tão em voga nas agências de fomento. Como reza o dito popular, o mais também é menos. Sobretudo ali onde o tipo de saber é indissociável do lento cultivo da escritura.

Nem sempre é o caso. Ninguém espera que o ensino das ciências da vida ou das ciências exatas se volte para a formação de autores. Nessas áreas, a pesquisa, muitas vezes laboratorial, beneficia-se da formação de *clusters*. É comum que a publicação seja apenas suporte de um saber produzido *fora* do texto. Este torna-se meio de divulgação de algo que transcorre tanto antes, quanto depois dele, no momento em que os procedimentos relatados são repetidos por outros grupos dispersos mundo afora.

Nesse contexto, é mesmo de esperar depararmos com uma quantidade enorme de artigos geralmente curtos, muitos em coautoria, escritos em inglês. Ciências assim têm isso em comum com o dinheiro: para o bem e para o mal, sua objetividade ignora completamente barreiras vernaculares.

O mesmo esquema não se aplica às ciências humanas, não porque sejam “inferiores”, mas pela simples razão de que possuem outra natureza. (Por que é tão difícil que alguns colegas biólogos, físicos, médicos ou engenheiros se deem conta dessa trivialidade?) No caso da filosofia, em especial, o saber não é feito nem antes, nem fora da escritura, mas opera apenas *no próprio texto*, com o estabelecimento progressivo da voz interpretativa do autor. Por isso,

quem lograr formar discentes capazes de articular textualmente, com rigor e interesse, ideias em torno de qualquer tema, terá feito sua tarefa. É um jogo aberto, mas com regras muito rígidas.

A Coleção Abertura possui o intuito de incentivar a formação de autores. Não se vá esperar das páginas que seguem alguma descoberta natural ou social. Aqui, o pensamento é que *se descobre* no discurso que autoras e autores expõem ao público leitor. Sem trair o antigo preceito de não apressar o texto, sem, portanto, empurrar ninguém no precipício das publicações em série, quer-se, em contrapartida, abrir o vão por onde a filosofia ganha sua cena.

Boa leitura!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
O PROTRÉPTICO DO JOVEM ARISTÓTELES E A BUSCA DA CONVERSÃO DA ALMA.....	11
<i>Adriel Fonteles de Moura</i>	
DIREITO, JUSTIÇA E POLÍTICA NA TEORIA PURA DO DIREITO DE HANS KELSEN	27
<i>Bruna Lourenço dos Santos</i>	
QUAL É O FUNDAMENTO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS? FORÇA E OPINIÃO NO CONTEXTO DA CRÍTICA DE DAVID HUME AO CONTRATUALISMO	41
<i>Flávio Augusto de Oliveira Santos</i>	
SOBRE OS TIPOS DE CONHECIMENTO EM ARISTÓTELES E SUA POSSÍVEL RELAÇÃO COM A ÉTICA	57
<i>Lorena Fyama Pereira Marques</i>	
INCURSÃO À ANESTÉTICA DO CHOQUE: SUSAN BUCK-MORSS E O TORPOR NA MODERNIDADE CAPITALISTA.....	69
<i>Rodrigo Zagonel Mickus</i>	
A ORIGEM DA PSICANÁLISE: UMA ENCRUZILHADA ENTRE LINGUAGEM E PSIQUE.....	85
<i>Santiago Masi Elizalde</i>	

**A HIPÓTESE DO CASANISTÃO É ORIENTALISTA? UM ESTUDO DA
CONCEPÇÃO RAWLSIANA DE “POVO DECENTE” A PARTIR DA OBRA
ORIENTALISMO, DE EDWARD SAID99**

Tailine Hijaz

**A DEMOCRACIA COMO TELOS: A BUSCA PELA FELICIDADE UTILITARISTA
E O RISCO DA OBLITERAÇÃO DO INDIVÍDUO NO PENSAMENTO MILLIANO117**

Veronica Calado

**A IDEIA DE VIDA NO DESENVOLVIMENTO DA IDEIA NA ENCICLOPÉDIA
DAS CIÊNCIAS FILOSÓFICAS DE HEGEL131**

Erika Cipolla

**A IDENTIDADE DA OBRA DE ARTE PERFORMÁTICA: A RESISTÊNCIA
DO BALÉ À NOTAÇÃO147**

Júlia Rónai Porto

A METAFÍSICA DA VONTADE E A DISSOLUÇÃO DO INDIVÍDUO163

Renata Covali Cairulli Achlei

**OS DIREITOS HUMANOS EM FACE DO TOTALITARISMO: UM DEBATE
ENTRE HANNAH ARENDT E CLAUDE LEFORT177**

Mário Sérgio de Oliveira Vaz

O CONCEITO DE HISTÓRIA NA OBRA DE MARX191

Kayque Eduardo De Souza

**O IMPERATIVO CATEGÓRICO NA FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS
COSTUMES DE KANT: UMA BREVE LEITURA DAS SUAS CINCO FÓRMULAS207**

Tiago Zúchi

**DUAS PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS SOBRE A GENIALIDADE:
A ENCICLOPÉDIA E O DICIONÁRIO FILOSÓFICO225**

Kamila Babiuki

PERSPECTIVISMO NIETZSCHIANO DESDE BRASIS239

Pedro Dallacosta Chiarani

SHAFTESBURY E A IMANÊNCIA DO BELO.....255

Marcos Mueller Portugal

**TORTO ARADO: DESOBEDIÊNCIA CIVIL, PODER E VIOLÊNCIA
EM HANNAH ARENDT271**

Gregorio Menzel

UMA ANÁLISE DA TEORIA IDEAL E TEORIA NÃO IDEAL EM JOHN RAWLS.....283

Ana Paula Jorge Corrêa

A POLÍTICA A PARTIR DE SCHOPENHAUER: ASPECTOS GERAIS297

Vinícius Edart

SOBRE OS TIPOS DE CONHECIMENTO EM ARISTÓTELES E SUA POSSÍVEL RELAÇÃO COM A ÉTICA

Lorena Fyama Pereira Marques¹

INTRODUÇÃO

O debate sobre os tipos de conhecimento e qual deles deve ser predominante na filosofia é uma questão que perpassa a história das ideias. Segundo Chappell (2012), por um lado, alguns filósofos² contemporâneos aceitam que há uma certa importância perante outros tipos de conhecimento para além

¹ Doutoranda pela Universidade Federal do Paraná e pela Universität Vechta em cotutela (Brasil-Alemanha). Bolsista CAPES/DS. Possui período de estágio de doutorado (SWE) na Universität Vechta financiado pelo CNPq. Tem como área de pesquisa e atuação Ética e Filosofia Política, mais especificamente sobre a filosofia prática de Immanuel Kant. Tem como tema de interesse: moralidade, teleologia prática, filosofia da história, filosofia política e filosofia do direito. E-mail: lorennafyama@gmail.com

² A exemplo, Chappell (2012) cita Timothy Williamson (2000) e o Duncan Pritchard (2009). Outros exemplos de filósofos contemporâneos com projetos reducionistas, isto é, que reduzem todos os outros conhecimentos ao proposicional, ele menciona Jason Stanley (2011), David Armstrong (1968), entre outros. Segundo Chappell (2012), há também aqueles que negam qualquer outro tipo de conhecimento exceto o proposicional. Ele afirma: “Alguns filósofos contemporâneos vão além do que Pritchard vai aqui. Eles insistem que o conhecimento proposicional é o único tipo de conhecimento, e que todos os outros tipos de conhecimento devem ser eliminados, expostos como não sendo realmente conhecimento, ou então reduzidos ou assimilados ao conhecimento proposicional. Aqui, os projetos eliminatórios tendem a assumir a forma de insistir que o conhecimento experiencial é apenas experiência e não também conhecimento, e que o conhecimento da habilidade é apenas habilidade e não também conhecimento”. (Chappell, 2012, p.176 – tradução própria).

do conhecimento proposicional, “por exemplo (e estes são os dois exemplos mais comuns), concordam que também existe *knowledge-how* (conhecimento de habilidade), ou *knowledge-what-it’s-like* (conhecimento experiencial); ou ambos” (Chappell, 2012, p.175 – tradução própria), entretanto para esses filósofos, eles ainda são conhecimentos secundários. Por outro lado, como Chappell (2012) aponta, essa questão nem sempre foi assim,

antigamente, poderíamos dizer que era o conhecimento experimental que dominava. Uma maneira de ler a filosofia de Hume ou Locke (talvez também o *Sistema de lógica dedutiva e indutiva* (1843) de Mill) é enquanto um projeto de construir toda uma epistemologia sobre o conhecimento derivado da experiência, sobre o que é imediatamente apresentado na experiência, e reduzir outros tipos de conhecimento para experiencial sempre que possível [...] (Chappell, 2012, p. 176 – tradução própria).

Chappell (2012), divergindo das interpretações que aceitam outros tipos de conhecimento, mas apenas como secundários e das interpretações que reduzem os outros tipos ao conhecimento proposicional, chama a atenção e defende a importância de pensar que o conhecimento possui variantes³, isto é, aceitar que há uma variedade de formas de conhecimento é tanto mais benéfico para a filosofia quanto para a vida humana.⁴

Partindo do pressuposto de que o conhecimento possui variantes, a presente investigação busca pensar como a perspectiva dos tipos de conhecimento se desenvolve na filosofia de Aristóteles. Uma vez que Aristóteles explica e relaciona o conhecimento previamente disponível com o conhecimento científico, questiona-se: por meio desses conhecimentos é possível pensar que há uma continuidade e uma relação com a sua ética? Se sim, que tipo de relação seria? Para fundamentar tal reflexão usa-se duas obras de Aristóteles, a saber, os *Segundos Analíticos* – Livro I e II e a *Ética Nicomaquéia*. Uma vez que Aristóteles tem por objetivo apresentar um modelo de investigação que sirva para todas as ciências e fundamenta o primeiro passo dessa trajetória

³ “Talvez o conhecimento científico seja exclusivamente uma questão de conhecimento proposicional. Na verdade, duvido, por motivos que veremos. Mas mesmo que seja, não se segue que o conhecimento em outras áreas da vida humana deva ser uma questão (exclusivamente, talvez até mesmo) de conhecimento proposicional. Talvez, por exemplo, o conhecimento moral, o conhecimento estético (ver Kieran 2011), o conhecimento psicológico popular, talvez até mesmo o conhecimento religioso não sejam apenas, ou não sejam principalmente, conhecimento proposicional. Talvez o conhecimento moral, ou pelo menos muito dele, seja melhor compreendido como *knowledge-how* (conhecimento-como); talvez muito conhecimento estético seja melhor compreendido como *experiential knowledge* (conhecimento experiencial); talvez muito conhecimento psicológico popular seja uma mistura dos dois” (Chappell, 2012, p.177 – tradução própria).

⁴ Cf. Chappell, 2012, p.177.

do conhecimento no conhecimento previamente disponível, pensa-se como esse pode ser vinculado à prática e ao hábito, a fim de saber se é possível relacionar os tipos de conhecimento com a ética aristotélica. Portanto, a presente investigação divide-se em duas seções. Na primeira seção se busca entender como Aristóteles pensa esses dois tipos de conhecimento, o científico e o prévio, e na segunda seção o objetivo funda-se no pensar a relação entre os tipos de conhecimento com a ética aristotélica.

I APONTAMENTOS ACERCA DOS TIPOS DE CONHECIMENTO SEGUNDO ARISTÓTELES

Os questionamentos: “como adquirimos conhecimento? O que devemos fazer para alcançar o conhecimento científico?” Podem ser um bom começo para entender o que pretende Aristóteles nos *Segundos Analíticos*. Ele tem dois objetivos principais, a saber, definir o conceito de ciência – desse modo ele descreve a estrutura do conhecimento científico –, e explicar a investigação científica – como ocorre e como se chega ao conhecimento científico e o que fazer para atingi-lo. O modelo apresentado pretende ter validade para todas as ciências, basta que a produção do conhecimento científico cumpra os requisitos de necessidade e universalidade. Aristóteles define esse conhecimento por meio de relações causais, sendo sua exposição capaz de ser demonstrável ou silogística. Portanto, os *Segundos Analíticos* têm por tema a compreensão da investigação tanto formal quanto de conteúdo (aspecto material) dos silogismos a fim de fundamentar a aquisição do conhecimento científico.

No capítulo 1, do Livro I dos *Segundos Analíticos*, Aristóteles afirma que “[71a1] Todo ensinamento e todo aprendizado racional surge a partir de conhecimento previamente disponível” (Aristóteles, 2004, p. 13). Ele pode se manifestar em todos os casos, seja na matemática, seja nos argumentos que se dão por indução ou por silogismos⁵. Para Aristóteles, o conhecimento prévio pode ser de dois tipos, a saber, “[...] de fato, para certos itens, é necessário assumir previamente *que eles são o caso*; às vezes, preciso compreender *o que é aquilo que é mencionado*, ao passo que, em outros casos, é preciso assumir ambas as coisas” (Aristóteles, 2004, p. 13). Ou seja, no primeiro caso, *admitir*

⁵ “O silogismo é um tipo de argumento bem específico, composto por premissas e conclusão. Ele é o instrumento tanto da analítica e da dialética quanto da retórica e da ética, e é por meio dele que se elaboram raciocínios corretos. Se o silogismo apresenta premissas que exprimem relações necessárias, ele é instrumento da argumentação científica; se, por outro lado, o silogismo contém premissas que são opiniões reputadas, geralmente aceitas, ele é instrumento da argumentação dialética, retórica ou ética. Existem ainda aqueles argumentos que partem de premissas que parecem ser verdadeiras, mas não o são, ou ainda que pareçam tratar de proposições geralmente aceitas, mas em realidade não o são, tal é o caso dos argumentos falaciosos ou contenciosos” (Stefani, 2013, p. 211).

que algo é, e no segundo, *compreender ou significar algo que é*, ou ambos os casos. Nesse sentido, o conhecimento prévio diz respeito a “o que é”, ao significado de “o que é” ou a unidade, isto é, tanto ao que significa quanto “que é o caso”.

Esse conhecimento previamente disponível é o que possibilita o desdobrar da investigação científica.⁶ Nas palavras de Aristóteles,

[71a17] Vir a conhecer se dá na medida em que se conhece previamente certas coisas e se toma conhecimento de outras ao mesmo tempo (como por exemplo, todas as coisas que sucedem estar sob o universal, do qual se tem conhecimento). Com efeito, sabia previamente que todo triângulo possui ângulos iguais a dois retos; mas, que tal e tal coisa no semi-círculo é triângulo, reconheceu ao mesmo tempo em que induziu [...]. Deve-se dizer que, antes de ter induzido ou de ter apreendido o silogismo, de certo modo conhecia, mas de certo modo, não (Aristóteles, 2004, p.14).

O que se conhece previamente serve como ponto de partida para se buscar um novo conhecimento, entretanto, ele é novo em um certo aspecto, mas não deixa de ser o mesmo do ponto de partida. Em outras palavras, o que de *certo modo* se conhecia e de *certo modo* não se conhecia se complementam dando lugar ao conhecido após a conclusão da investigação. O que grosso modo parece confuso pode ser esclarecido segundo Terra (2009), quando se pensa essa relação por meio de níveis ou graus do conhecimento, isto é, em relação a um determinado assunto, “podemos ter diferentes graus de exatidão de conhecimento e que, na medida em que temos diferentes graus de exatidão a respeito de uma mesma coisa, podemos, partindo de um conhecimento apenas preliminar, vir a conhecê-la cientificamente” (Terra, 2009, p. 2).

Vale ressaltar que afirmar que de certo modo, sobre um determinado assunto, se conhece e, de certo modo não se conhece, não fere o princípio da não contradição, pois nada impede que se conheça um certo aspecto de algo e ignore outro.⁷ Por mais que o objeto do saber seja o mesmo, o seu sentido é distinto, se conhece uma perspectiva do “objeto/assunto” e o que é ignorado não é a mesma perspectiva ou propriedade, mas outra que ainda está sujeita à investigação. Logo, é possível conhecer em certo sentido e ignorar

⁶ “Aristóteles defende que nosso conhecimento prévio, ainda que preliminar e vago, é suficiente para que possamos avançar em nossa investigação e para que possamos reconhecer, ao final desse processo inquisitivo, se descobrimos realmente aquilo que estávamos buscando vir a conhecer cientificamente” (Terra, 2009, p. 2).

⁷ “[71b 5] Ora, nada impede (julgo) que de certo modo se conheça aquilo que se está aprendendo, mas de certo modo, se ignore. Pois não é absurdo se alguém conhece de algum modo aquilo que está aprendendo, mas sim se o conhece deste modo, isto é, do modo e da maneira por que está aprendendo” (Aristóteles, 2004, p. 15).

em certo sentido o mesmo “objeto/assunto” a ser conhecido, portanto, tem-se que existem diferentes sentidos e graus de exatidão sobre aquilo que se pretende conhecer.

Partindo do conhecimento prévio alcança-se o conhecimento científico.⁸ Aristóteles, no capítulo 2, do Livro I, o define como o conhecimento demonstrativo, necessário e universal. Para ele, ciência é o conhecimento de um objeto através de sua causa. Sobre isso, ele afirma: “julgamos conhecer uma coisa qualquer, sem mais [...], quando julgamos reconhecer, a respeito da causa pela qual a coisa é, que ela é causa disso, e que não é possível ser de outro modo” (Aristóteles, 2004, p. 15). Portanto, conhecer cientificamente é conhecer através de demonstração, que por sua vez é o silogismo científico. Ele enumera algumas propriedades que as premissas da demonstração devem exibir, a saber,

[71b 25] É preciso que tais itens sejam verdadeiros, porque não é possível conhecer cientificamente aquilo que não é o caso [...]. É preciso proceder a partir de itens primeiros indemonstráveis, porque, caso contrário, não seria possível conhecer cientificamente sem possuir demonstração deles [...]. E é preciso que tais itens sejam causas, mais cognoscíveis e anteriores; causas, porque conhecemos cientificamente quando sabemos as causas, e, se são causas é preciso que sejam anteriores e previamente conhecidas – não apenas por compreendê-las (segundo outro modo), mas também por saber *que são o caso*. (Aristóteles, 2004, p. 16 – grifo do autor).

As premissas devem ser: verdadeiras, primeiras, imediatas, mais cognoscível que a conclusão, anteriores a ela e que sejam causas dela.⁹ Essas propriedades caracterizam o discurso científico uma vez que constituem demonstração silogística.

Para Aristóteles, é “impossível que aquilo que há conhecimento científico, sem mais, seja de outro modo, aquilo que pode ser conhecido por conhecimento demonstrativo é necessário” (Aristóteles, 2004, p. 20). A demonstração é um silogismo a partir de itens necessários. Tais itens que procedem a demonstração são: “a respeito de todo”, “por si mesmo” e “universal”.¹⁰ Portanto, o conhecimento científico é obtido por meio de demonstrações que provêm de premissas primárias que são conhecidas e necessárias, mas inde-

⁸ Mais sobre o conhecimento científico segundo a perspectiva aristotélica, ver Angioni (2016).

⁹ Mais sobre isso ver Aristóteles (2004): 71b 19.

¹⁰ Mais sobre isso ver Aristóteles (2004): capítulo 4 do Livro I.

monstráveis, visto que não se busca justificá-las. Em suma, o conhecimento científico é cientificamente cognoscível, é universal e procede por meio de itens necessários, visto que não pode ser de outro modo.

II Sobre a possível relação entre conhecimento científico e conhecimento previamente disponível com a ética aristotélica

De modo geral, no Livro II dos *Segundos Analíticos*, Aristóteles se preocupa, dentre outros assuntos, com a investigação científica, esclarece o papel das definições e as classifica, associa silogismo, termo médio e a investigação científica e elenca as quatro perguntas norteadoras, a saber, “que isso se dá”, “por que isso se dá”, “se é ou se há” e “o que é”. Além disso, no capítulo 19, discute sobre como apreendemos os princípios do conhecimento científico.

Pode-se pensar que o aprender não ocorre de forma passiva, ele é a passagem entre o espanto e a busca por um conhecimento certo, da sensação para a indução e dela para a demonstração (por silogismos). Esse conhecimento não se adquire do nada, logo pressupõe-se, além do conhecimento previamente disponível – esse com menor grau de certeza –, uma faculdade ou disposição em potência. Ao pensarmos nas contribuições de cada faculdade para o conhecimento científico, tem-se que na sensação não se encontra a causa para o fundamento dele, mas ela possui um papel importante. Aristóteles afirma ser necessário dispor de alguma capacidade, com menor grau de exatidão, onde o conhecimento dos princípios começa, e ela “ao menos, manifestamente encontra-se em todos os animais. Pois eles possuem uma capacidade discriminativa inata, a qual se chama sensação” (Aristóteles, 2002, p. 81).

Com as devidas variações sobre as disposições dos animais e partindo do pressuposto de que os seres humanos possuem sensações, memórias e linguagem, tem-se que, para Aristóteles,

[100a 3] a partir da sensação, surge recordação – como dizemos – e, a partir da recordação que ocorre frequentemente a respeito do mesmo fato, surge experiência; pois recordações numericamente múltiplas são uma única experiência. E a partir da experiência, ou a partir de todo universal que repousa na alma – um único concernente a muitos, que seja um só e o mesmo em todos eles –, surge princípio de técnica ou de ciência – de técnica, se dor concernente ao vir a ser, mas de ciência, se for concernente ao que é (Aristóteles, 2002, p. 83).

Compreende-se que da relação entre sensações, recordações e experiências surgem os princípios. As experiências precisam ser organizadas para que exista uma coerência entre as inúmeras sensações percebidas pelas

situações e retidas pela memória, é a linguagem que conduz a ordenação da experiência. Ao analisar o que há de comum entre as situações, nota-se que a palavra, ou melhor, a repetição da palavra para situações distintas ordena a experiência. Ao que parece, a experiência ordenada capta o universal através dos particulares, isto é, a linguagem, a aquisição do conhecimento discursivo. A linguagem é, também, o que diferencia os seres humanos dos demais animais. Outra distinção entre os animais políticos e os demais são as ações com valoração moral.

No capítulo 11 dos *Segundos Analíticos*, Aristóteles afirma que,

[95a 3] Entre as coisas que vêm a ser a partir de pensamento, algumas jamais se dão a partir do espontâneo (por exemplo, casa ou estátua), nem por necessidade, mas sim em vista de algo; ao passo que outras se dão também a partir do acaso (por exemplo, saúde e salvação). Mas, sobretudo no caso daquelas que podem vir a ser tanto deste modo, como também de outro, quando o vir a, ser não a partir do acaso for tal que o acabamento é bom, vem a ser em vista de algo, ou por natureza, ou por técnica. Mas, a partir do acaso, nada vem a ser em vista de algo (Aristóteles, 2002, p. 49-51).

As coisas não surgem do nada, assim como as ações virtuosas. A exemplo de coisas em vista da natureza tem-se que os corpos tendem para baixo, assim como fogo para cima, ao passo que por hábito os seres humanos têm por natureza uma parte que precisa do exercício, da experiência, do hábito.¹¹ Pensando no esforço de Aristóteles em mostrar neste capítulo 11 que o modelo apresentado serve para todas as ciências, tenta-se assim, vincular os tipos de conhecimento com a ética.

Na *Ética Nicomaquéia*, ele reafirma o que apresentou nos *Segundos Analíticos*¹² sobre o conhecimento científico e o diferencia da sabedoria prática, assim como a deliberação da investigação. Então, do que se trata essa relação entre os tipos de conhecimentos apresentados nos *Analíticos* e na *Ética*? É justamente o modelo, a estrutura que se busca relacionar, isto é, a configuração do conhecimento prévio para o conhecimento científico, ou do conhecimento previamente disponível para a ação virtuosa. Para Aristóteles, ética e política são práticas e elas se definem pela ação. A prática virtuosa é uma disposição

¹¹ Ver Livro II, capítulo 1 da *Ética Nicomaquéia*.

¹² Sobre isso ver o Livro VI, capítulo 1 da *Ética Nicomaquéia*.

de caráter relacionada com a escolha deliberada consciente de uma mediania e requer a ação para alcançar a excelência moral.¹³

Essa relação metodológica entre as obras é defendida por Spinelli (2009). Ela afirma que nos primeiros capítulos do Livro I da *Ética Nicomaquéia*, Aristóteles se utiliza do conhecimento prévio para justificar sua restrição a respeito de quem seria bom ouvinte das lições políticas e por exigir a experiência afirma que os jovens além das dificuldades na prática do discernimento – pois é preciso amadurecimento e conhecimentos dos particulares –, não são bons ouvintes das lições políticas.¹⁴ Entretanto, ele também afirma no capítulo 4 do Livro I que o indivíduo que bem ouvirá será aquele educado por bons hábitos, pois assim estará apto a ouvir inteligentemente sobre aquilo que é nobre e justo. Portanto, Spinelli (2009) afirma que no caso da *Ética*, o objeto de conhecimento e o objetivo da investigação é a prática que visa a felicidade, é preciso ter conhecimento prévio sobre a ação, já que não se busca saber o que é a virtude, mas sim alcançar as ações virtuosas. Para ela,

[c]om efeito, o conhecimento avançado na *EN* deve ser mais propriamente descrito como um *conhecimento prático*¹⁵: essa é a qualidade do conhecimento que Aristóteles deseja que seus alunos adquiram e não um conhecimento de tipo meramente formal ou teórico. O aluno da *EN* deve, assim, anteriormente, dispor de algum conhecimento também prático – o que implica certa capacidade cognitiva coadunada a uma capacidade emotiva, o que é adquirido por meio da prática nas ações nobres e justas – como ponto de partida para a aquisição do conhecimento filosófico moral em razão do qual ele poderá, posteriormente, agir ainda melhor (Spinelli, 2009, p. 5 – grifos da autora).

Pensando na investigação moral, aquele que se propõe a estudá-la, é capaz ou de corroborar com suas convicções ou modificar suas ações após a investigação. O que se ressalta é o tipo de conhecimento prévio que o estudo da ética precisa dispor, a saber, o conhecimento previamente disponível vinculado com a prática dele, ou ao menos que o desejo de praticar aquilo que o juízo do bom evidencia.

¹³ Ver o Livro II, capítulo 6 da *Ética Nicomaquéia*.

¹⁴ “Aristóteles parece justificar essa exigência através de uma observação metodológica e do objeto a ser investigado. Como afirma a primeira frase dos *Segundos Analíticos* (*Seg. Anal.*), todo conhecimento vem a ser a partir de um conhecimento pré-existente. Adquirimos conhecimento a partir do que é mais conhecido/familiar/evidente para nós, avançando em direção ao que é mais conhecido/familiar/evidente por si e em si mesmo” (Spinelli, 2009, p. 2).

¹⁵ Para a ampliação da perspectiva sobre o conhecimento prático enquanto conhecimento moral em Aristóteles ver London (2001).

Partindo da perspectiva de Spinelli (2009), podemos afirmar que assim como para alcançar o conhecimento científico é preciso percorrer um trajeto e seguir alguns requisitos, como por exemplo a necessidade e a universalidade – como já exposto –, para alcançar as ações virtuosas e o discernimento, é preciso um conhecimento prévio prático, percorrer um trajeto que também possui suas regras e requisitos, como por exemplo, a felicidade, a mediania, a justiça, o discernimento e o bem comum. O questionamento que surge é: como adquirimos esse conhecimento prévio prático? Ora, esse conhecimento disponível anteriormente, no caso da ação, no primeiro momento, pode parecer paradoxal já que, ao se pensar pela perspectiva do agente que investiga, primeiro se tem a sensação, depois a indução, memória, experiência e linguagem, e no caso da prática, parece que o hábito ou o experimentar as ações virtuosas precisam vir antes, já que esse conhecimento precisa ser prático, destoando assim de todo o modelo apresentado nos *Segundos Analíticos*.

Entretanto, nota-se que quando se diferencia os tipos de virtudes, a saber, a intelectual – essa requer ensino e tempo – e a moral – essa adquirida pelo hábito –, Aristóteles consegue dar conta do problema prático na medida em que vincula esses dois tipos de virtude com a complexidade do caráter, uma vez que a virtude precisa ser exercida, treinada e praticada para assim poder ter condições de alcançar a excelência moral. Dito de outro modo, é justamente pelo fato de o ser humano precisar de tempo, educação e adquirir conhecimento dos particulares que ele precisa do conhecimento prévio prático que pode ser apreendido pelo exemplo e pela vivência em um Estado justo capaz de garantir que todos tenham oportunidade e liberdade para buscar o seu bem supremo, a sua felicidade. Por ser um animal político e social, o ser humano apreende de suas relações interpessoais o exemplo do bem agir.

CONCLUSÃO

Por um lado, diante do exposto, percebe-se que os tipos de conhecimentos apresentados nos *Segundos Analíticos* são retomados em outras obras, como por exemplo, na *Ética Nicomaquéia*, corroborando com as afirmações do capítulo 11, no qual Aristóteles afirma que o modelo apresentado comporta todas as ciências. Essa relação existe, ao menos metodologicamente, como defende Spinelli (2009). Por outro, também concorda-se com Chappell (2012) quando ele afirma que a ética aristotélica não é apenas sobre *knowledge-how* (conhecimento-como), assim como a ciência não é apenas sobre *propositional knowledge* (conhecimento proposicional). Para ele,

Se Aristóteles pensa que o conhecimento experiencial é relevante para a estética de alguma forma como eu sugeri, então este papel estético do conhecimento experiencial deve certamente transbordar para um papel ético. Por exemplo, se *Prometheus Vincit* nos ensina como sentir os seres humanos e a vida humana, esse ensino é tanto moral quanto artístico. (Que a arte tinha esse tipo de função moral era um dado adquirido na sociedade de Platão e Aristóteles: ver, por exemplo, Aristófanes, *Frogs* 1053-1056). (Chappell, 2012, p.180 – tradução própria).

Portanto, falar sobre virtude não é o mesmo que ser virtuoso/virtuosa. É preciso ter sabedoria prática. Chappell (2012) sugere que para Aristóteles o conhecimento prático é, ao menos principalmente, conhecimento prático e/ou conhecimento experiencial.¹⁶ Logo, não é conhecimento proposicional, pois

A ação correta (e igualmente a razão correta, *orthos logos*) não pode ser capturada com precisão em uma definição – ou, de qualquer forma, não pode ser capturada com precisão em uma definição útil: a única fórmula precisa oferecida é o inútil [ὠς δεῖ]. (Assim como, se estivéssemos tentando descrever um andar de bicicleta habilidoso, poderíamos, em certo ponto, recorrer a comentários como “Ele anda de bicicleta *exatamente assim*”. Isso é útil apenas na medida em que ostenta algo particular). O motivo de repetir esta frase é que, no que diz respeito à verdade prática, procurar uma fórmula ou definição verbal utilizável que a caracterize completa e exatamente é olhar na direção totalmente errada. Em vez disso, devemos procurar exemplos de bom desempenho. [...] Se você quiser ver exatamente o que é um bom andar de bicicleta, você precisa olhar não para uma definição verbal de bom andar de bicicleta, mas para exemplos reais disso (Chappell, 2012, p.182 – tradução própria).

Portanto, para Chappell (2012), a verdade prática está na ação, não nas palavras.¹⁷ Entretanto, ao que parece, as duas posições – Spinelli (2009) e Chappell (2012) – não estão tão distintas assim, uma parte do conhecimento previamente disponível e a outra da variedade de conhecimentos, principalmente do conhecimento prático e/ou conhecimento experiencial.

¹⁶ Mais sobre a sugestão defendida por Chappell (2012) ver página 181-182.

¹⁷ Além desses argumentos, Chappell, sustenta que é possível interpretar a perspectiva aristotélica, sobre o conhecimento prático, segundo um ponto de vista que defende a objetividade moral, ou seja, o *knowledge-how* e o *knowledge-what-it's-like* são compatíveis com a objetividade moral. Mais sobre essa argumentação ver Chappell, 2012, p.183.

De modo geral, Aristóteles apresenta sua proposta de teoria da ciência ao passo que explica como o conhecimento prévio e de menor grau abre o trajeto necessário para a investigação. Ela pode começar pelas sensações que, por sua vez, é a base da inteligência dos princípios que fundamentam as demonstrações científicas e assim se alcança o conhecimento científico demonstrativo. Portanto, é possível pensar que o conhecimento previamente disponível quando relacionado com a ética de Aristóteles, com o hábito, precisa não apenas de tempo, mas também de um exercício contínuo, para a construção de um bom caráter, é preciso continuamente agir com virtude. Não basta conhecê-la, é preciso vincular *teoria e prática*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGIONI, L. **Aristotle's Definition of Scientific Knowledge**. In: Logical Analysis and History of Philosophy: Ancient Epistemology. Uwe Meixner · Albert Newen (eds.) Managing Editor: Pieter Sjoerd Hasper. 2016.

ARMSTRONG, D. **A materialist theory of the mind**. Routledge, Kegan, Paul, London. 1968.

ARISTÓTELES. **Segundos Analíticos**, livro I. Tradução: Lucas Angioni. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, col. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução n.7. 2004.

_____. **Segundos Analíticos**, livro II. Tradução: Lucas Angioni, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, col. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução n.4. 2002.

_____. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. Nova Cultural, 1991.

CHAPPELL, T. **Varieties of Knowledge in Plato and Aristotle**. Springer Science + Business Media B.V. 2012.

KIERAN, M. **Aesthetic knowledge**. In: Pritchard, D. and Bernecker, S. (eds). A companion to epistemology. Taylor and Francis, London. 2011.

LONDON, A. J. **Moral Knowledge and the Acquisition of Virtue in Aristotle's "Nicomachean" and "Eudemian Ethics"**. The Review of Metaphysics, Vol. 54, No. 3. Pp. 553-583. 2001.

PRITCHARD, D. **What is this thing called knowledge?**. Routledge, London. 2009.

STANLEY, J. **Know how**. Oxford University Press, Oxford. 2011.

SPINELLI, P. T. **O conhecimento prévio moral necessário à investigação política em Aristóteles**. Intuito. Porto Alegre V.2 - No.2. Outubro, pp. 103-107. 2009.

STEFANI, J. **Conhecimento e argumentação em Aristóteles**. HYPNOS, São Paulo, número 31, 2º semestre, p. 199-218. 2013.

TERRA, C. A. **Conhecimento prévio e conhecimento científico em Aristóteles**. 2009. Tese (Doutorado em História da Filosofia Antiga), Campinas, 2009.

WILLIAMSON, T. **Knowledge and its limits**. OUP, Oxford. 2000.